

# **Zilda Nogueira Rodrigues: memórias e traumas de uma veterana de guerra**

**Daniel Mata Roque <sup>a</sup>**

**Fernando Porto <sup>b</sup>**

**Resumo:** Este artigo analisa a trajetória de Zilda Nogueira Rodrigues, enfermeira da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, a partir de uma abordagem micro-histórica e biográfica, com ênfase em sua condição de mulher, militar, profissional de saúde e veterana diagnosticada com neurose de guerra. A pesquisa baseia-se em investigação documental em arquivos militares, universitários, judiciais, cartoriais e hemerográficos, combinando fontes médicas, administrativas e jornalísticas. O desenvolvimento examina sua formação como obstetritz, a experiência de discriminação racial no contexto segregacionista norte-americano, conflitos disciplinares, atuação hospitalar e posterior adoecimento psíquico, culminando na reforma por invalidez e nas promoções inéditas que a tornaram a primeira capitã do Exército Brasileiro. Discute-se ainda sua inserção pública, militância associativa e os desafios simbólicos da presença feminina no meio militar, bem como a permanência da memória traumática. Conclui-se que a trajetória de Zilda evidencia as intersecções entre gênero, raça, saúde mental e instituição militar, revelando a singularidade de sua experiência histórica.

**Palavras-chave:** Força Expedicionária Brasileira; História da Enfermagem; Neurose de guerra; micro-história; biografia.

## **INTRODUÇÃO**

Com uma abordagem no modelo micro-histórico (Ginzburg, 1989) e utilizando a estrutura da narrativa biográfica

(Bourdieu, 1996; Borges, 2021), objetivamos neste artigo analisar a trajetória de Zilda Nogueira Rodrigues, enfermeira da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mun-

---

<sup>a</sup> Cineasta e historiador, doutor em Ciências. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

<sup>b</sup> Professor, historiador e enfermeiro, doutor em Enfermagem.



dial, como militar veterana, profissional, mulher e figura pública a partir do diagnóstico como neurótica de guerra, recebido em 1950.

A pesquisa documental ocorreu principalmente no Arquivo Histórico do Exército, no Centro de Documentação Capitão Altamira Pereira Valadares e no Arquivo Central da UNIRIO, localizando históricos profissionais, acadêmicos e laudos médicos. Outros acervos incluem a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com matérias jornalísticas relacionadas; o Portal *FamilySearch*, com documentos cartoriais; e o Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com processos judiciais de aderência.

## A MULHER

Zilda Nogueira nasceu no então Distrito Federal (hoje município do Rio de Janeiro-RJ) em 29 de janeiro de 1919, filha de Deocleciano Raymundo Nogueira e Josepha Figueiredo Nogueira

(Cansanção, 2003, p. 221). Era “filha de pais pobres, mas teve uma infância tranquila, sem maiores acontecimentos ou conflitos emocionais”<sup>1</sup>.

Sua mãe era dona de casa, nascida em 4 de setembro de 1899 no estado do Rio de Janeiro, e, segundo memória familiar, era descendente de indígenas e também trabalhava como parteira, sem formação específica. O pai de Zilda, Deocleciano, era carioca, investigador de polícia, e faleceu em 17 de junho de 1936, aos 41 anos, vítima de colapso cardíaco, deixando a viúva e duas filhas menores<sup>2</sup>. Zilda tinha então 17 anos de idade.

Em 19 de julho de 1938 casou-se com Manoel Pastora Rodrigues e adotou seu último sobrenome, passando a assinar Zilda Nogueira Rodrigues. O casal teve um filho, Sérgio Nogueira Rodrigues, nascido no Rio de Janeiro em 8 de maio de 1939 – ano em que teria início a Segunda Guerra Mundial e dia em que, seis anos depois, ela terminaria na Europa. Manoel Rodrigues



faleceu em 10 de junho de 1942, de tuberculose pulmonar. Segundo a certidão de óbito<sup>3</sup>, tinha 32 anos de idade, também era carioca e trabalhava como industrial. Zilda ficou viúva aos 23 anos de idade, com um filho de três anos.

Algum tempo depois, ainda antes da guerra, Zilda teve novo relacionamento, com Renato Reis de Athayde, mas não se casou legalmente. O casal ficou junto por cerca de dezesseis anos e teve uma filha, Elizabeth Christina Nogueira de Athayde, nascida em 24 de fevereiro de 1952<sup>4</sup>. Seis anos depois Zilda teve seu primeiro neto, Sérgio Roberto Guterres Rodrigues, nascido no Hospital Central do Exército em 16 de dezembro de 1958, fruto do casamento de seu primogênito<sup>5</sup>. No final da década de 1950, separou-se de Renato.

## **A PARTEIRA, OBSTETRIZ, ENFERMEIRA**

Conforme revela em formulário médico<sup>6</sup>, Zilda teve pouco

estudo formal: ingressou na escola aos sete anos de idade, concluindo o curso primário no Colégio 6-3 Estados Unidos<sup>7</sup>, da Prefeitura do Distrito Federal, em dezembro de 1932, aos treze anos. Kursou depois mais dois anos de ginásio, não concluindo-o.

Segundo memória familiar, Zilda começou a atuar como parteira sem formação específica, principalmente nos bairros do subúrbio carioca. No início de 1943, após ficar viúva, ingressou no curso de Enfermagem Obstétrica da Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano do Brasil, estabelecimento de ensino privado vinculado à associação voltada para o estudo da homeopatia (Borges, 2008). Era o caminho da parteira oficialmente reconhecida.

A formação de parteiras no Brasil esteve atrelada às faculdades de medicina desde a reforma do ensino médico de 1832, tornando-se uma atividade auxiliar e regulamentada, exercida quase exclusivamente por mulheres



(Riesco; Tsunechiro, 2002). A partir da década de 1910 houve uma mudança de nomenclatura, e os cursos passaram a formar obstetrizes (nomenclatura então mais comum no estado de São Paulo) ou enfermeiras obstétricas (principalmente no Rio de Janeiro), destinadas às mesmas funções de auxiliar os partos domésticos (Ibid., 2002).

A partir da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, que regulamentou o ensino da enfermagem no Brasil, padronizou-se a nomenclatura da função como enfermagem obstétrica, mas com uma mudança importante: a atuação dessa profissional do parto passou a ser uma especialização exclusiva dos enfermeiros diplomados, preparando-se a extinção das funções de parteira e obstetriz como carreiras autônomas (Ibid., 2002).

No curso que concluiu na Escola de Medicina e Cirurgia em 1944, portanto já no período final da formação de parteiras/obstetrizes/enfermeiras obstétricas como uma carreira

separada da enfermagem profissional, Zilda estudou sete disciplinas: no primeiro ano aprendia-se Fisiologia, Anatomia, Prática de Enfermagem e Obstetrícia; no segundo havia Puericultura e, novamente, Prática de Enfermagem e Obstetrícia. Em todas as disciplinas Zilda foi aprovada com o grau “simplesmente”, as notas finais oscilando entre quatro e seis<sup>8</sup>.

Nos parece que os critérios de avaliação eram bastante rígidos, visto que, dentre as outras onze formandas em 1944, só encontramos duas alunas que obtiveram conceito superior a “simplesmente” – “plenamente” – ao longo de todo o curso: uma delas em apenas uma matéria e a outra em duas, e nenhuma com nota superior a sete. Por outro lado, diversas alunas foram reprovadas em disciplinas e precisaram refazê-las – às vezes mais de uma vez.

Diante do voluntariado para a guerra, que aceitava enfermeiras com qualquer tipo de diploma ou qualquer experiência na



área, Zilda pôde apresentar-se para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) como obstetriz/enfermeira obstétrica. Ainda estava cursando o segundo e último ano, mas, já convocada, recebeu autorização para antecipar a formatura em dois meses, realizando os exames finais em 14 de outubro de 1944 (Formatura..., 1944, p. 32). O diploma só lhe seria entregue em 1947.

Como as demais colegas, fez a adequação militar no Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE), na segunda turma do Rio de Janeiro, iniciada em 26 de maio e concluída em 21 de julho de 1944. Zilda formou-se com média final 8,51, em 10º lugar dentre vinte e uma alunas (Cansação, 1987, p. 45). Uma semana depois, foi nomeada enfermeira de 3ª classe do Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército<sup>9</sup>.

## **A ENFERMEIRA NEGRA VOLUNTÁRIA NA GUERRA**

Convocada, Zilda seguiu para a Itália por via aérea com o 15º Grupo de Enfermeiras. Partiu do Rio de Janeiro (Aeroporto Santos Dumont) em 29 de outubro de 1944, com escalas em Natal-RN e diversas cidades no norte da África, até chegar a Nápoles. Serviu nas enfermarias de clínica médica de alguns hospitais norte-americanos, com destaque para o 7º *Station Hospital*, em Livorno, e o 45º *General Hospital*, em Nápoles (Valadares, 1976, p. 78).

Na Itália, como as colegas, foi arvorada ao posto de 2º tenente por publicação no Boletim Interno de 25 de novembro de 1944, assinado pelo comandante da FEB, General Mascarenhas de Moraes, passando a ser oficial do Exército Brasileiro, com seus direitos e deveres inerentes – só durante a guerra, pois não havia previsão de confirmação do posto militar e o pagamento recebido continuou equiparado ao dos



sargentos, de graduação mais baixa.

A enfermeira Altamira Pereira Valadares, que partira do Brasil dois meses antes de Zilda, registra em seu diário que, já no embarque para a Itália, quando fizeram a primeira parada na Base Aérea de Parnamirim, administrada pelos militares norte-americanos, houve percepção de discriminação racial contra a enfermeira Nair Paulo de Melo, que viajava no mesmo grupo: "começaram os rumores e comentários sobre as enfermeiras de cor, motivo esse que não vi grande razão"<sup>10</sup>. Altamira registra que o grupo de enfermeiras foi até o quartel-general brasileiro em Natal para comunicar ao Diretor de Saúde do Exército, possivelmente por telegrama, sobre o ocorrido.

Lúcio Muniz Barretto, farmacêutico da FEB no 7º *Station Hospital*, também relata o desconforto dos militares brasileiros com a má recepção dos americanos a um colega do Serviço de Saúde "cuja epiderme não é

branca" e conclui de forma mais ampla: "é conhecido o preconceito de raça entre eles" (Barreto, 1946, p. 40).

Segundo relato da enfermeira Elza Cansanção Medeiros (2003, p. 221), também veterana da FEB, Zilda sofreu discriminação dos militares e enfermeiras norte-americanos por ser parda (então chamada mulata), considerando que à época as Forças Armadas dos EUA ainda eram formalmente segregadas, com unidades exclusivas para soldados negros – mas comandadas por oficiais brancos (Fernandes, 2011, p. 111).

Um exemplo muito citado em entrevistas e memórias de veteranos brasileiros é o da 92ª Divisão de Infantaria (DI) norte-americana, unidade com a qual a FEB teve bastante contato e que substituiu em algumas posições. Pela tensão inerente, aliada à baixa motivação e ao baixo moral da tropa discriminada, pairavam sérias dúvidas sobre a capacidade técnica de combate da 92ª DI, tanto por parte dos comandantes



americanos quanto dos próprios companheiros de outras unidades (Fernandes, 2011, p. 111).

A segregação racial oficial chocava a muitos brasileiros (Maximiano, 2010, p. 338). Um veterano da FEB relatou que ouviu textualmente de um combatente da 92ª DI: "O que eu faço aqui? O que um negro faz aqui, se não tem direito nenhum nos Estados Unidos e não chega nem a comandante de batalhão? Defendendo que democracia?" (Lopes *in* Motta, 2001, p. 201). E o brasileiro complementa, nesse mesmo depoimento: "Com isso, se pode ter uma ideia do racismo muito forte no Estados Unidos e o desengajamento total daquela divisão" (Lopes *in* Motta, 2001, p. 201).

Segundo Elza, essa segregação, como chegava aos hospitais e ao atendimento dos feridos, começou a gerar problemas entre americanos e brasileiros, já que "nós insistimos em enviar enfermeiras de cor, o que nos criou um imenso problema" (Medeiros *in* Motta, 2001, p.

281). Como o comando brasileiro recusou-se a proceder à segregação racial, algumas adequações diplomáticas precisaram ser feitas, com enfermeiras negras transferidas de hospitais e, em outros casos, destinadas à sala de cirurgia, ambiente mais reservado, distante do atendimento nas enfermarias coletivas.

Elza diz que a presença de Zilda "incomodava aos americanos, pois ela, apesar de não ser preta, era mulata, o que para eles era a mesma coisa" (Cansanção, 2003, p. 222). Observamos que as certidões de nascimento dos dois filhos de Zilda registram que as crianças eram brancas, assim como as certidões de óbito de seu pai, sua mãe e seu marido<sup>11</sup>.

Era comum nas primeiras décadas do século XX que a identificação de cor ou raça fosse feita pelo funcionário do cartório de registro civil sem consulta ao próprio interessado ou ao declarante formal do documento, e que a identificação de pessoas hoje (auto)classificadas como pardas, mas então registradas



como brancas ou negras no documento, levasse em conta aspectos econômicos, além da infinita possibilidade de gradações de cor na população parda, neste “espectro da mestiçagem” (Barros, 2014, p. 208). Nas fichas do Exército, inclusive em sua interação na Itália, consta que Zilda era branca.

Para o historiador José D’Assunção Barros (2014), em um ensaio sobre a construção social da cor na formação brasileira, os sistemas de percepção racial e seus critérios variam em cada sociedade e ao longo do tempo, permitindo que um indivíduo que se vê e é visto no Brasil como branco seja identificado como negro em outro país – e Barros indica exatamente os Estados Unidos da América como exemplo nessa dualidade –, especialmente no caso do mulato/pardo, essa mistura de brancos com negros que gera uma “categoria de fato extremamente complexa” (Barros, 2014, p. 101).

É essa mistura que o sociólogo Gilberto Freyre considera a

marca fundadora da nacionalidade brasileira e classifica como o fenômeno do “mulatismo” (Freyre, 2006, p. 390). Para Freyre, no entanto, o termo “mulato” é geralmente empregado de forma “depreciativa da moral, da cultura ou da situação social do indivíduo” (Freyre, 2006, p. 151) em nossa sociedade colonial e mesmo nas primeiras décadas republicanas, fazendo com que os brasileiros com características físicas mais marcadas pela mestiçagem preferissem se identificar como caboclos descendentes de indígenas (Freyre, 2006, p. 107).

No caso da autoidentificação de Zilda, há um dado significativo no relatório do Inquérito Sanitário de Origem (ISO) conduzido pelo Exército após a guerra, preenchido por um psiquiatra durante uma internação: apesar do documento dizer na qualificação inicial que Zilda é branca, ao longo da análise o médico identifica dentre as características autodepreciativas que a paciente exter-





na, no quadro depressivo, justamente seu “complexo racial”.

Isso nos leva a inferir que Zilda, em que pese ter a tez mais clara, tinha características fenotípicas negras evidentes, não se identificava como branca e também percebia que, no dia a dia, não era identificada socialmente como branca – e por essa razão sofria discriminação, ao menos na experiência europeia, mas possivelmente em outros contextos nacionais. Podemos inferir que a própria experiência traumática junto aos norte-americanos durante a guerra tenha influído para alterar ou sedimentar a autopercepção socio-racial de Zilda.

Dentro do modelo militar segregado durante a guerra, havia enfermeiras negras na tropa norte-americana, algumas poucas até atingiram o posto de capitães durante a guerra, mas esse total de mulheres chamadas afro-americanas chegou a apenas um por cento do efetivo de quase cinquenta mil enfermeiras mobilizadas pelos EUA durante os

quatro anos em que estiveram no conflito, e cotas restringindo sua participação estiveram em vigor (King, 2021, p. 191). Essas enfermeiras negras eram destinadas a atender apenas as tropas negras, constituídas em batalhões e divisões segregados.

No Exército dos EUA de então pouquíssimos negros chegavam ao oficialato, e dificilmente ascendiam além das posições iniciais. O escritor Martin King afirma que a discriminação oficial era tão aprofundada que no início da guerra não eram aceitas doações de sangue de pessoas negras e, quando isso foi revisto em 1942, o sangue de doadores negros só podia ser transfundido em pacientes também negros. Soldados norte-americanos brancos feridos e hospitalizados na zona de guerra não podiam receber o sangue doado por seus compatriotas negros (King, 2021, p. 192).

Há variado registro na historiografia brasileira da surpresa e da inspiração que, no sentido inverso, sentiram os militares



norte-americanos ao testemunharem a convivência fraternal entre o grupo etnicamente heterogêneo de brasileiros. Um veterano da FEB relata que teria visto um soldado negro americano demonstrar grande surpresa ao testemunhar um sargento negro brasileiro dar ordens a soldados branco (Gonçalves *in* Motta, 2001, p. 318).

O General Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB durante toda a campanha, registra em suas memórias que recebeu, em seu quartel-general na cidade italiana de Porretta Terme, a visita de um funcionário do Departamento de Justiça dos EUA, acompanhado de generais norte-americanos, que realizavam junto à tropa da FEB uma "pesquisa sobre a não segregação racial brasileira", observando a relação harmoniosa entre os combatentes de diversas origens raciais. Segundo Mascarenhas, o pesquisador que visitou tropas brasileiras em posição na frente de combate "apresentava sinais de ser pardo" (Moraes, 2014, p. 408).

O historiador Cesar Campiani Maximiano (2010) diz que a integração racial da FEB, lutando junto às tropas norte-americanas, também chamou a atenção de jornalistas correspondentes de veículos ligados aos movimentos por direitos civis nos EUA, chegando a aparecer em manchetes como exemplos a serem seguidos: "O Brasil mostra como uma democracia deve funcionar". Para Campiani, "é certo que as notícias sobre a FEB revigoraram o questionamento do sistema de segregação existente na sociedade americana" (Maximiano, 2010, p. 345), que seria formalmente extinto no meio militar em 1948.

Os brasileiros do Serviço de Saúde atendiam indistintamente os Aliados e até os inimigos capturados, e entre a tropa da FEB não havia qualquer segregação racial, social ou geográfica. Segundo Elza, Zilda teria tido problemas disciplinares e se envolvido em conflitos com pacientes e superiores, supostamente chegando ao ponto de um paciente



“quebrar um disco em sua cabeça” (Cansanção, 2003, p. 222). Acredita-se que os ocorridos eram oriundos da discriminação, além das personalidades dos envolvidos. A autora lhe atribui por isso “comportamento indesejável”, bem como alguma falta de perícia técnica, ao destacar a sua formação como parteira de forma pejorativa (Cansanção, 1987, p. 45) e dizer que “não se sabe como” chegou a um posto de chefia (Cansanção, 2003, p. 222).

Elza afirma que os militares americanos teriam solicitado formalmente o desligamento de Zilda e seu retorno ao Brasil, o que não ocorreu. Após “uma briga muito feia” (Medeiros *in* Motta, 2001, p. 281) entre oficiais brasileiros e americanos, o desligamento foi substituído por uma troca de hospital, motivada também pelos problemas de relacionamento pessoal já registrados.

Em 20 de fevereiro de 1945, Zilda recebeu uma punição por uma “transgressão grave”<sup>12</sup>: falta ao serviço sem justo motivo, conforme previsto no Regulamento

Disciplinar do Exército. Foi condenada a vinte dias de prisão, mas, segundo relatam outras enfermeiras, as punições desse tipo durante a guerra, especialmente aos integrantes do Serviço de Saúde, eram convertidas em pagamento de multa e suspensão das saídas em folga, sem detenção (Cansanção, 2003, p. 118).

Na mesma data e pela mesma razão foram punidas algumas outras enfermeiras da FEB. Seria um atraso no retorno do dia de folga. Esse caso é narrado pela Major Elza, que relata ter sido ela própria a autora do pedido de punição, pois ocupava uma função equivalente a oficial de ligação com a chefia brasileira. Elza diz que foi chamada à função justamente para coibir faltas disciplinares de algumas enfermeiras brasileiras.

O tema é polêmico, e no pós-guerra gerou tensões e afastamentos entre alguns grupos de veteranas, que não reconheciam esse poder de chefia alegado por Elza e reclamavam de favoritismos e perseguições nos relacio-



namentos com o comando brasileiro imediato, exercido por maiores médicos. Percebe-se também as dificuldades de adaptação à rigidez imposta pelo meio militar, em um momento que muitas daquelas jovens mulheres desfrutavam de liberdade física pela primeira vez na vida.

Na mesma data de fevereiro, Zilda foi transferida do 7º *Station Hospital*, onde Elza Cansanção servia e o Major-Médico Ernestino Gomes de Oliveira era o chefe brasileiro, para o 45º *General Hospital*. Em 10 de junho Zilda foi designada enfermeira-chefe da Seção Brasileira de Hospitalização (SBH) deste último hospital, e, quinze dias depois, recebeu expressivo elogio individual assinado pelo chefe da SBH, Major-Médico Azais de Freitas Duarte:

A Enfermeira Zilda Nogueira Rodrigues, hábil profissional, destacou-se soberbamente, revelando capacidade extraordinária, energia e lealdade em suas atitudes. Salientou-se na sala de operações e anestesias e no próprio serviço de

enfermagem. E, agora como enfermeira-chefe, tem demonstrado o espírito de organização, firmeza nas suas decisões, perseverança no serviço e dedicação, qualidades essas indispensáveis ao cargo que ocupa e que são inerentes ao seu caráter. O desempenho exemplar de suas funções torna-a digna de citação especial e com o encerramento das atividades militares, consigno meu profundo agradecimento pessoal e o da SBH em Nápoles, por tudo que lhe foi possível fazer dentro dos mais elevados sentimentos e desejo que a felicidade lhe acompanhe em todas as situações que o destino lhe reservar.<sup>13</sup>

Apesar das polêmicas, Zilda recebeu formalmente outros elogios de chefes brasileiros em suas folhas de alteração como militar e foi promovida pelo comandante da FEB, como outras poucas colegas, à enfermeira de 1ª classe. As promoções, no entanto, não seriam reconhecidas pelo Ministério da Guerra e todas as enfermeiras, quando dispen-



sadas do serviço ativo, voltaram à 3ª classe.

No formulário enviado por Zilda à colega Altamira, na década de 1950, quando esta preparava o livro *Álbum biográfico das febianas*, a primeira informa que ficou doente e baixou ao hospital na Itália em duas oportunidades, em Livorno e em Nápoles, por “distúrbio nervoso”<sup>14</sup>. Suas folhas de alteração registram uma internação em 6 de dezembro de 1944, com duração de dois dias e sem informar a causa, e uma semana de “repouso a conselho médico” na região de Montecatini, onde funcionava o Hospital de Convalescentes e a reabilitação de feridos graves, no período final da guerra, entre 29 de abril e 8 de maio de 1945.

Em documento posterior consta que foi afastada de suas funções pelo chefe brasileiro, que lhe observou “irritabilidade, insônia, angústia” e que “apresentava depressão e acentuado desinteresse, gostando de ficar sozinha”<sup>15</sup>. Diante do quadro, foi indicada para repouso por um

psiquiatra americano, Major Johnson, do mesmo hospital.

Zilda permaneceu na Itália até o fim da guerra, retornando para o Brasil em 7 de julho de 1945. Na sequência, foi agraciada com as medalhas de Campanha e de Guerra (Valadares, 1976, p. 79). Em 1972 receberia a Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes, pelos serviços prestados às associações e à memória dos veteranos da FEB.

## A NEUROSE DE GUERRA

Com o fim da guerra e de volta ao Rio de Janeiro, Zilda Nogueira Rodrigues foi internada no Hospital Central do Exército (HCE), com alegados problemas emocionais, uma crise de estresse e nervosismo. Após ter alta, sem vínculo formal com o serviço público, Zilda trabalhou como massagista no HCE, na condição de civil extranumerário, admitida em fevereiro de 1946<sup>16</sup>. Mas os problemas de saúde, com fundo psiquiátrico, se agravavam.



Em entrevista para uma reportagem especial sobre as enfermeiras da FEB (As grandes esquecidas..., 1956, p. 10), a veterana relatou que sofria com sonhos apavorantes, tendo por efeito seus gritos de pavor durante o sono. Segundo registro militar, foi “diversas vezes repreendida e suspensa por atritos e desajustes com companheiras e superiores hierárquicos”<sup>17</sup>.

Em março de 1949, ainda trabalhando no HCE, Zilda foi examinada por uma junta médica do próprio hospital e recebeu o diagnóstico de “neurose de angústia”, com parecer de incapacidade temporária para o serviço e licença de noventa dias para tratamento. Dois meses depois, peticiona ao Ministro da Guerra dando início ao seu pedido de reforma por invalidez, alegando “incapacidade por distúrbios nervosos”, cujas causas considera “serem consequentes do serviço em campanha”.

Internada no Pavilhão de Neurologia e Psiquiatria do HCE em julho de 1949, Zilda é avalia-

da pelo psiquiatra militar Hugo Kammsetzer, responsável pelo ISO, que apresenta um quadro bastante grave da paciente, com surtos, depressão e tentativas de suicídio:

Apresenta irritabilidade fácil, que se manifesta a propósito de causas funcionais. Queixa-se ainda de insônia, de pesadelos e medo sem causa. De seis meses para cá tem apresentado depressão, desinteresse, chegou ao ponto de atentar contra a vida, ora com cibalena [medicamento analgésico], ora com gasolina.<sup>18</sup>

O psiquiatra relata que a paciente está orientada, lúcida e sem delírios ou distúrbios de raciocínio, mas apresenta “humor grandemente deprimido”, “não gosta da vida”, “tem medo, é tomada de pânico” e “quer ficar sozinha”. O médico relata ainda que, na entrevista para a anamnese, Zilda declarou ter uma tia com doença mental, internada há anos na Colônia de Jacarepaguá, e um tio-avô também com distúrbios mentais.



O parecer, assinado também por Thales Estrázulas de Oliveira, chefe do Pavilhão de Neurologia e Psiquiatria, conclui pelo diagnóstico de “psiconeurose de angústia”<sup>19</sup> e usa o código de doença 361 no formulário.

No ISO também sobressai a consciência da paciente diante dos preconceitos contra os veteranos como neuróticos de guerra e, especialmente sendo mulher e não tendo estado em combate, as acusações discriminatórias de que seria uma interesseira:

Em uma das sessões chorou, lastimando-se amargamente em consequência da sua situação, onde todos a julgavam uma interessada exclusiva em receber os benefícios de uma reforma. Dizia nessa ocasião não querer coisa alguma e somente se ver livre dessa vida. Em seguida demonstra intenso interesse em se ver livre da angústia que experimenta, por não saber o que vai fazer.<sup>20</sup>

Prosseguindo na análise documental do ISO sobre o estado

mental de Zilda, podemos observar que o relatório psiquiátrico é extenso e segue com grande número de termos técnicos e avaliações, discorrendo sobre classificações como personalidade narcísica, sentimento de inferioridade, idade mental infantil, distúrbios e desvios, psicogênese, ressentimentos, esgotamento e muitas outras questões da personalidade humana. A documentação também apresenta exames de sangue e de tireoide, além de apontar um quadro de obesidade da paciente: com 1,57m de altura, pesava mais de 70kg.

O relatório final do ISO, assinado pelo médico Samuel dos Santos Freitas, conclui que o quadro neurótico da paciente tem origem endócrina (diagnósticos de síndrome timogênica depressiva e endocrinopatia pluriglandular), que pode ser curado com tratamento e que não foi causado pelo ambiente da guerra, mas que este colaborou parcialmente para a eclosão dos sintomas mais graves então registrados.



Após alguns meses de tratamento e ainda afastada do trabalho, Zilda faz novo requerimento, em abril de 1950, solicitando outra inspeção para controle de seu quadro neurótico, uma vez que o tratamento para a glândula tireoide não surtiu efeito.

Foi afinal inspecionada pela Junta Central de Saúde em 9 de junho de 1950, sendo considerada “incapaz definitivamente para o serviço do Exército”<sup>21</sup>, tendo a doença “relação de causa e efeito” com seu trabalho na guerra (Cansanção, 2003, p. 221) – que, segundo o ISO, não gerou, mas agravou os problemas psíquicos e possibilitou a explosão aguda dos sintomas. O diagnóstico final, assinado por três médicos militares, apresenta a mesma nomenclatura “neurose de angústia” e o mesmo código de doença 361. Segundo a análise, seria ainda capaz de prover a própria subsistência no meio civil, o que não se confirmou.

Sem apresentar melhora e considerada por isso incapaz

para o serviço, Zilda Nogueira Rodrigues foi reformada aos 31 anos como 1º tenente, um posto acima do que tinha na guerra, em 23 de novembro de 1950 (com antiguidade a contar de 9 de junho do mesmo ano, data da declaração médica de sua incapacidade de saúde)<sup>22</sup>, com base no Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, uma vez que foi considerada inválida para o serviço ativo mediante o diagnóstico de neurose. Quatro anos depois, em decreto presidencial datado de 14 de dezembro de 1954, foi promovida na reserva ao posto de capitão, reconhecida historicamente como a primeira mulher a atingir tal posto nas Forças Armadas do Brasil (Flores..., 1955, p. 09).

A então Tenente Zilda, reformada após quatro colegas<sup>23</sup>, foi, no entanto, a primeira enfermeira veterana da FEB a solicitar e conseguir o enquadramento na interpretação cumulativa das leis de amparo, permitindo uma segunda promoção na inatividade.





O aspecto legal para esta segunda promoção foi a Lei nº 1.156, de 12 de julho de 1950, que faz referência à Lei nº 616, de 02 de fevereiro de 1949, que por sua vez remete à Lei nº 288, de 08 de junho de 1948. Essa legislação de 1948 regulamenta as promoções ao posto imediatamente superior de todos os oficiais veteranos da Segunda Guerra Mundial – das três Forças, tendo ou não saído do território brasileiro durante o conflito – quando transferidos para a reserva ou reformados, independente de problemas de saúde.

O Major Araken Arerê da Cunha Torres, veterano da FEB e então chefe da Seção Especial da FEB no Ministério da Guerra, destinada a tratar dos assuntos referentes aos direitos e ao amparo dos veteranos, diz em parecer que “a questão das promoções acumulativas tem suscitado amplos debates, envolvendo vários órgãos da alta administração”<sup>24</sup>, destacando uma decisão favorável do Supremo Tribunal Federal – Mandado de Segurança

2.105 – e o fato de outros veteranos já terem logrado êxito no mesmo tipo de pleito.

O Major Araken conclui favoravelmente ao pleito da Tenente Zilda, no que é seguido pelos pareceres de todas as outras instâncias militares, que citam também posições dos consultores jurídicos da pasta. Um desses juristas, Demosthenes Madureira de Pinho, conclui assim o parecer positivo sobre as promoções cumulativas: “Quanto ao fato de tratar-se de promoção de enfermeira, não vemos impedimento, pois ela goza das prerrogativas de posto militar”.

Surgiu, assim, de fato e de direito, a figura da Capitã Zilda, forma como a enfermeira passaria sempre a se identificar e se apresentar, inclusive utilizando a farda, as medalhas e as insígnias correspondentes quando participava de eventos públicos ou realizava palestras.

Em toda a documentação analisada no AHEx e no vasto número de ofícios e pareceres próprios da burocracia interna e



dos trâmites administrativos, não é possível perceber nenhum interesse ou tentativa do Exército, como instituição, ou de algum militar de qualquer posto, individualmente, em não reconhecer os direitos legais das enfermeiras como ex-combatentes ou de dificultar seu reconhecimento como portadoras de uma sequela de guerra que culminou com o posto e o soldo militares. Toda a documentação se prende à legislação vigente e, embora por vezes demorada e com recursos a outras instâncias, parece avançar sem nenhum entrave sério. O resultado é que os sucessivos pleitos – reconhecimento da condição de saúde, reforma em posto acima e promoção já na inatividade – foram todos atendidos no âmbito interno militar, sem ações judiciais.

Zilda Nogueira Rodrigues, ao envolver-se em diversas atividades públicas/políticas em sua condição de ex-combatente, procurando apresentar-se como porta-voz desse grupo, ganha destaque em matérias jornalísti-

cas no pós-guerra, principalmente nas décadas de 1950 e 1960. Desses textos jornalísticos emerge e se destaca a inédita situação de uma mulher oficial do Exército, quando podemos perceber as dificuldades de tratamento e as diferentes formas usadas pelos jornalistas para se referir àquela mulher militar.

Assim sendo, por vezes ela era mencionada como a capitã, mais frequentemente como capitão (usando-se o artigo tanto no feminino como no masculino), e em um dos textos, por exemplo, como “o capitão (mulher) Zilda Nogueira Rodrigues” (Friburgo..., 1958, p. 12). Há um caso de menção como “capitão” (Os pracinhas, 1978, p. 03), já na década de 1970.

Na revista *O Cruzeiro*, em 1967, Zilda foi objeto de uma matéria de página inteira, narrando suas experiências na guerra e sua atuação nas associações de ex-combatentes. A matéria é ilustrada com uma fotografia de Zilda no salão de beleza, com bobes nos cabelos e com as



unhas sendo tratadas, acompanhada da legenda: “Um capitão vai à manicure. A boa apresentação pessoal também é um dever de que Dona Zilda não se descuidou” (Capitão Zilda..., 1967, p. 126). Nesse caso, opta-se pela flexão do posto militar genérico no masculino e, quando se fala o nome de Zilda, o jornalista a chama de “dona”, tradicional forma de tratamento respeitosa para senhoras, mas não para militares.

Podemos observar a confusão do inusitado em diversos documentos oficiais, que comumente, nessa época, utilizam o artigo e o posto no masculino, assim como qualquer outro substantivo ou adjetivo que os acompanha. No despacho do Ministro da Guerra que oficializou a emissão de sua carta patente, em 1954, constam todas as palavras no masculino, mesmo aquela referente à enfermagem: “Lavrou-se decreto considerando promovido ao posto de Capitão, o 1º Tenente Enfermeiro reformado Zilda Nogueira Rodrigues”<sup>25</sup>.

Mas também há casos oficiais de utilização do artigo feminino e – bastante raro – até da flexão do posto também no feminino, particularmente a partir dos anos 1960, talvez quando começa certa normalização das mulheres militares desde a reconvocação para o serviço ativo de quarenta e seis veteranas da FEB (65% do total), em 1957, que puderam servir nos hospitais e colégios militares, seguindo na carreira (Oliveira, 2010).

A mescla e a confusão atravessam todo o período, mas percebemos que as enfermeiras, na maioria das vezes, procuram utilizar o posto no masculino, dentro do regulamento disciplinar do Exército e na forma que constava em suas cartas-patentes, como militares que eram.

## **A VIDA ASSOCIATIVA E MILITANTE**

No pós-guerra, Zilda tornou-se uma mulher pública. Sobre o



uso da expressão “mulher pública” cabe aqui uma reflexão: segundo a historiadora francesa Michelle Perrot (2019, p. 136), a diferença no uso e no significado atribuído ao termo quando utilizado para definir homens ou mulheres é sintomática da dificuldade destas para se apresentarem no espaço social coletivo: “homem público é uma honra; mulher pública é uma vergonha, mulher da rua”. Por muito tempo, o espaço reservado às mulheres era o doméstico, restrito, familiar.

A seara pública política e social era privilégio masculino. Algumas mulheres que tentaram furar tal bloqueio e tornar-se mulheres públicas na acepção honrosa e militante do termo encontraram impedimentos legais e detrações morais. Conscientes de tal significado, apon-tamos a carreira de mulher pública adotada – também conscientemente – pela biografada, e a autonomia que a condição de veterana de guerra lhe proporcionou.

Zilda dedicou-se à memória e à assistência aos colegas ex-combatentes, integrando as diretorias da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB) e da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) por diversos mandatos, principalmente no Departamento Feminino, e o Clube de Oficiais Enfermeiras de Guerra (COEGUE), que fundou e presidiu. Na área política, geriu a Associação Brasileira de Obstetrias (ABO).

Nessas funções, foi mencionada em diversas matérias de jornal entre as décadas de 1950 e 1970, como em reportagens sobre homenagens aos combatentes mortos (Friburgo..., 1958, p. 12) e às suas mães (Mães dos pracinhas..., 1955, p. 08), sobre as eleições e outras disputas políticas na AECB (O contrato..., 1956, p. 05) e seu apoio à campanha presidencial do Marechal Henrique Lott, atuando no grupo de ex-combatentes como vice-presidente da coordenação (Campanha..., 1960, p. 08).



Em 1956 Zilda aparecia em reportagem d'*O Jornal*, com fotografia sua, e o subtítulo “não sou comunista” (O contrato..., 1956, p. 05). O texto trata de uma disputa na AECB do Distrito Federal, que arrecadava recursos para construir uma sede própria e viveu denúncias de desvio. O presidente da seção foi deposto pelos associados, e solicitou uma intervenção do Conselho Nacional dos Ex-Combatentes. Zilda, que era diretora do Departamento Feminino então, também se afastou e acusou o ex-presidente de tentar disfarçar as denúncias com “uma cortina de fumaça” contra os companheiros. Dizendo ter sido “acusada” de ser comunista justamente pelas brigas entre as correntes internas da associação, declara “que não é, nem nunca foi, comunista nem filiada a qualquer partido político” (O contrato..., 1956, p. 05).

Em sua função no Departamento Feminino, ligado à assistência social – e por isso a algumas disputas políticas e ideológicas –, Zilda coordenara em 1955

a ceia de Natal oferecida pela AECB para cerca de cento e cinquenta veteranos da FEB incapacitados fisicamente e necessitados de amparo. O assunto também ganhou matéria n'*O Jornal*, ilustrado por duas fotos em que destaca-se a enfermeira (Natal..., 1955, p. 08). Para o historiador José D'Assunção Barros, o acompanhamento fotográfico agrega relevância ao texto jornalístico, além de lhe potencializar o significado, atraindo a atenção do leitor para aquele ponto do jornal e, dentro da matéria, destacando aquele personagem fotografado (Barros, 2023, p. 112).

Em 1958, quando integrava a diretoria da AECB de Nova Friburgo-RJ, Zilda envolveu-se em uma polêmica aparentemente menos política com o então presidente da AECB do Distrito Federal, Jamil Amiden, sobre o envio ao Cemitério Militar de Pistoia de flores brasileiras ou de dinheiro para comprá-las na Itália, em homenagem aos pracinhas mortos (Friburgo..., 1958, p. 12). O assunto ganhou os jornais



e envolveu contatos de Zilda com militares e políticos. Acabou decidido o envio das flores, posição defendida pela enfermeira. Três anos antes, Zilda tinha integrado a comitiva que realizou a mesma cerimônia, levando as flores para a Itália em avião da Panair (Flores..., 1955, p. 09).

Na segunda metade da década de 1950, Zilda aparece sempre em destaque frente a outras enfermeiras nos eventos de ex-combatentes, por ter sido a primeira promovida ao posto de capitão – e a única por quase um ano. Também em 1956 a Capitão Zilda ganhou destaque nos jornais ao participar das eleições do Clube Militar, onde ela e outras duas enfermeiras da FEB já reformadas foram as primeiras mulheres a se associarem, dois anos antes, e tornavam-se então as primeiras eleitoras da entidade (Primeiras mulheres..., 1956, p. 13).

Ainda na década de 1950, Zilda fundou e passou a presidir o COEGUE, com sede em seu apartamento residencial no bairro

carrioca do Leme, com o mesmo espírito de congregar as colegas veteranas e, principalmente, junto com diversas outras ações do grupo, realizar articulações com políticos e militares a fim de aprovar a legislação que permitisse o retorno das mulheres ao Exército, o que ocorreu em 1957 (Oliveira, 2010, p. 141). Zilda não foi uma das que retornou à ativa, em virtude da reforma por invalidez, mas foi figura destacada para as articulações.

O COEGUE foi o responsável por realizar dois congressos nacionais que visavam reunir as veteranas da FEB e discutir o futuro da enfermagem militar e da mulher nas Forças Armadas: em 1978, no Rio de Janeiro-RJ, e em 1982, em Brasília-DF – este último já depois da legislação que permitiu o ingresso das mulheres na Marinha para seguirem carreira em várias áreas profissionais. Da programação dos congressos também constavam palestras de caráter técnico-científico, com a apresentação de trabalhos sobre novidades da



área da saúde. Era um evento público para “reafirmar e reelaborar sua identidade veterana” (Oliveira, 2010, p. 255).

Segundo o pesquisador Alexandre Barbosa de Oliveira, a atuação pública do COEGUE – que incluiu a criação de diversos símbolos objetivos, como canecas, chaveiros e camisas estampados com sua logomarca: uma mulher fardada prestando continência à bandeira nacional – demonstra “uma luta pela manutenção e perpetuação de uma identidade coletiva e, em consequência, de um poder simbólico” (Oliveira, 2010, p. 252).

Na estratégia de aproximar-se das autoridades constituídas, de inserir-se plenamente como mulheres militares e de assim serem vistas publicamente, o COEGUE prestou sucessivas homenagens aos chefes da FEB, aos políticos interessados na causa da reintegração e do reconhecimento das enfermeiras e a oficiais militares de destaque (Homenagens, 1962, p. 08). Exemplo é um anúncio no Jornal dos

Sports de 1981, em que o COEGUE convida publicamente os ex-combatentes e amigos para uma missa em ação de graças ao presidente da República João Baptista Figueiredo, que sofrera um infarto (Missa..., 1981, p. 02).

Dentre a atuação política do COEGUE é interessante ressaltar o abaixo assinado de nove veteranas, datado de 1989 e dirigido ao então Diretor de Saúde do Exército, pleiteando a promoção conjunta de todas as antigas enfermeiras da FEB ao posto de major, uma vez que ao menos quatro delas já haviam conseguido e, durante a guerra, todas tinham o mesmo posto e atuaram de forma equiparada. Apenas enfermeiras que retornaram à ativa em 1957 e anos depois foram reformadas comprovando sequelas da guerra agravadas com o tempo conseguiram chegar ao posto de major. No acervo, não há registro de que o pleito do COEGUE tenha recebido resposta<sup>26</sup>.

Ciosas de sua imagem pública como veteranas de guerra, as



enfermeiras reunidas no COEGUE dedicavam-se não apenas a divulgar essa memória, em combate contra o esquecimento, mas também tentavam impedir versões de sua história que considerassem erradas ou deturpadas, resistindo aos ataques e ao deboche, muitas vezes dirigidos às Forças Armadas em geral e atingindo a FEB em particular, por questões ideológicas (Ferraz, 2012). Um exemplo é a queixa-crime movida na justiça do Rio de Janeiro por um grupo de nove veteranas<sup>27</sup>, sob a liderança de Zilda e com sua filha Elizabeth como advogada, contra o escritor e publicitário paulista Décio Pignatari<sup>28</sup>.

Em 1992, Pignatari publicou o romance *Panteros*, em que declara misturar autobiografia, ficção e histórias que ouviu. Em um trecho, narra o retorno ao Brasil de um sargento da FEB, desembarcando no Rio de Janeiro e tomando o trem para São Paulo. Contando histórias da guerra dentro do vagão, diz o personagem que “das enfermei-

ras, só se lembrava de uma: as outras só queriam foder com os americanos, desprezavam os brasileiros, que eram melhor tratados pelas enfermeiras ianques”. Exatamente este trecho ganhou destaque em uma matéria do *Jornal do Brasil*, de página inteira, que noticiava o lançamento do livro e trazia uma entrevista com o autor.

O grupo de enfermeiras reunido no COEGUE processou Décio Pignatari por injúria e difamação contra todo o coletivo de veteranas da FEB, vivas e falecidas, exigindo retratação pública. Anexaram ao processo a cópia da reportagem de jornal, declarações de veteranos presidentes de associações e um exemplar integral do livro, destacando a frase citada como ofensiva à honra coletiva, embora não mencione o nome de nenhuma enfermeira em particular.

Após meses de tentativas para citar o escritor em seu endereço paulista, houve uma audiência de conciliação, em que Pignatari não compareceu e foi re-





presentado por seu advogado. Foi apresentada uma carta de três páginas, transmitida via fax, em que o autor não pedia desculpas, mas afirmava que o texto era pura ficção (“não um depoimento ou um relato histórico”) e que não pretendeu ofender ninguém, “interessando-lhe apenas e tão somente o efeito literário de seus esforços de linguagem, trama e enredo”. Segundo seus advogados, o autor reconhece “as nobres e senhoras enfermeiras” e seu trabalho importante na luta contra o nazifascismo.

As enfermeiras aceitaram o que o juiz chamou de “retratação cabal”, ressaltando que o texto do fax com a explicação ahistórica poderia ser publicizado livremente, e o processo foi arquivado em agosto de 1995, sendo celebrado pelo grupo como uma vitória das enfermeiras e de todos os veteranos da FEB na luta muito mais longa que se seguiu ao fim da guerra: a(s) batalha(s) da(s) memória(s).

Outra atividade associativa em que Zilda se destacou foi no

aspecto profissional, na busca por reconhecimento e status de sua profissão de obstetriz: entre 1967 e 1992 presidiu a ABO, da qual era sócia fundadora.

A ABO foi fundada em 4 de agosto de 1954 com o nome de Associação das Enfermeiras Obstetras do Brasil, alterado em 27 de agosto de 1957 em virtude das disputas políticas entre as obstetrizes, formadas em cursos anexos às faculdades de medicina e destinadas a trabalharem como parteiras, e as enfermeiras diplomadas, formadas nas escolas de enfermagem e que reivindicavam a obstetrícia como uma especialidade de sua área, e não como um curso separado (Mouta, 2014, p. 74). Destaca-se como um importante campo de disputa simbólica a nomenclatura própria: eram obstetrizes, o que era diferente de ser enfermeira, e assim queriam demarcar no nome da associação.

Para o pesquisador Ricardo Mouta, a criação da ABO e sua filiação à Confederação Internacional de Parteiras deve ser vista



como uma “estratégia das obstetrizes para fortalecer politicamente sua categoria na luta com as enfermeiras e médicos pela ocupação de espaços no campo obstétrico brasileiro, que caminhava para a hospitalização do parto” (Mouta, 2014, p. 73).

O jornal *O Fluminense*, ao divulgar o V Congresso Latino-Americano e I Encontro Mundial de Obstetrizes, a se realizarem no Rio de Janeiro em outubro de 1976 sob a coordenação da ABO, traz entrevista com a presidente Zilda, em que esta reclama da falta de preparo técnico das “parteiras curiosas” e da desvalorização das obstetrizes com os fins dos cursos de nível superior e o não aproveitamento da função no serviço público: “desgraçadamente a nossa profissão ainda não é bem entendida no Brasil” (Obstetriz..., 1976, p. 23).

Podemos observar como as duas principais titulações de Zilda – militar ex-combatente da FEB e obstetriz/enfermeira – se misturam, tanto no âmbito privado quanto no aspecto público.

Suas ações se acumulam e correm, não em paralelo, mas entremeadas e tendo a si própria como o ponto de conexão, voltadas para o mesmo objetivo: memória, reconhecimento, valorização, auxílio aos companheiros da mesma área. Em ambas as funções, como presidente da ABO ou diretora da AECB, ANVFEB, COEGUE, Zilda surge nas páginas jornalísticas com campanhas caritativas de arrecadação de agasalhos ou alimentos, distribuição de sopas e missas de ação de graças, por exemplo, além de discursos incisivos.

No *Diário de Notícias*, cuja última página da edição é dedicada a notas sobre as Forças Armadas, consta a posse de Zilda na presidência da ABO. Na seção “Notícias dos Veteranos da FEB” informa-se que a Capitão Zilda foi eleita presidente da ABO durante um congresso de obstetrizes no Chile e que foi empossada no Rio de Janeiro em uma cerimônia com a presença de diversos militares e presidida pelo Coronel Paulo Ramos, veterano



da FEB e presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, onde ela exercia então a função de diretora de recreação (Notícias..., 1970, p. 44). Cremos aí um exemplo significativo da combinação de áreas e políticas.

O período da presidência de Zilda à frente da ABO, em que apareceu diversas vezes na imprensa e realizou congressos nacionais e internacionais no Rio de Janeiro (V Congresso..., 1976, p. 03), coincide com o chamado Regime Militar (1964-1985), em que o posto militar da enfermeira e seu bom relacionamento com diversos oficiais do Exército em altos postos da administração pode ter trazido ganhos para a categoria – inferência que ainda não foi possível comprovar documentalmentemente, apontada como lacuna a ser sanada com novas pesquisas.

Sua gestão também coincide com a promulgação da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício profissional da enfermagem no Brasil – é a legislação atualmente em

vigor – e que dispõe em seu artigo 6º, inciso II, que são também enfermeiros todos aqueles que possuem “diploma ou certificado de Obstetriz ou de Enfermeira Obstétrica, conferido nos termos da lei”.

Assim, a legislação colocou um fim jurídico – mas não político – à disputa de espaço e representatividade, reconhecendo todos os exercícios como de enfermagem, igualados entre si e aos enfermeiros diplomados pelas escolas de nível superior. Na época não se formavam mais parteiras ou obstetrizes em escolas e o grupo estava em extinção, apesar da tradição lhe garantir uma “forte representatividade e força política” (Mouta, 2014, p. 86) na associação e no sindicato.

Em 1989 tem início um processo de renovação na ABO, visando uma sucessão transformadora e a inclusão de novas associadas, com alguma tensão e disputa de poder. No mesmo ano Zilda ainda participa do VIII Congresso Interamericano de Obstetrizes, no Chile, organizado pela



Federação Interamericana de Obstetrizes (FIO), que ajudara a fundar.

Em 15 de outubro de 1992, Zilda Nogueira Rodrigues transfere a presidência da ABO – que, com poucas associadas sobreviventes e em estado de quase hibernação, também funcionava em seu endereço residencial – para um novo grupo de enfermeiras obstétricas. Na sequência, já com a saúde bastante debilitada, afasta-se definitivamente da ABO, que é transformada em Associação Brasileira de Obstetrizes e Enfermeiros Obstetras (ABENFO), reunindo simbolicamente os dois grupos profissionais (Mouta, 2014, p. 91).

A partir da década de 1990, com a saúde física também debilitada, Zilda afastou-se da vida pública, das associações e dos companheiros. A Capitã Zilda começou a apresentar indícios de senilidade por volta de 2003, e faleceu no Rio de Janeiro-RJ em 22 de junho de 2006, aos 87 anos, com infecção pulmonar.

Propomos observar sua dedicação no pós-guerra às associações de ex-combatentes, ao COEGUE e à classe de obstetrizes, com gana e intensidade, como parte dos sintomas da neurose adquirida no ambiente destrutivo da guerra. O conflito jamais terminou em sua mente e em seu espírito. Durou o restante da vida. Pela lente micro-histórica, trata-se de reunir indícios para compreender um caso inserido em contexto amplo, portanto sempre atrelado à visão macro da guerra e do grupo de enfermeiras, todas de alguma forma transformadas pela experiência.

Está claro que, apesar da intensa atividade que exerceu, a Capitã Zilda nunca se recuperou da guerra. Em parecer emitido em 1997 por uma médica civil, que a acompanhava desde 1973, consta que a paciente ainda tinha grave quadro de depressão e utilizava uma grande variedade de medicamentos antidepressivos, com um histórico de tentativas de suicídio e tratamentos com choques elétricos e insulino-



terapia, os quais lhe teriam agravado o estado traumatizado. Na opinião da médica, Zilda guardava ainda aquelas sequelas e estigmas, já aos quase oitenta anos de idade. No mesmo ano, a análise periódica da clínica psiquiátrica da Policlínica Militar da Praia Vermelha a diagnosticava, modernamente, com transtorno bipolar.

Ainda segundo a médica, apesar de ter mantido a lucidez e o raciocínio, a não aceitação da patologia psiquiátrica, pelo receio do estigma, trouxe “transtornos socioafetivos graves”<sup>29</sup> à militar, que melhoraram um pouco após muitos anos de terapia. A veterana jamais abandonou a guerra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ter cumprido o objetivo de analisar a trajetória da enfermeira Zilda Nogueira Rodrigues, uma veterana de guerra brasileira que apresentou

sequelas psicológicas que lhe acompanharam por toda a vida.

Podemos observar na trajetória de Zilda a necessidade de permanecer vinculada à guerra, aos companheiros e companheiras da Itália, com quem seria possível partilhar aquelas experiências e dores, incompreensível – e talvez risível, sendo esse um grande medo – para aqueles que tiveram a sorte de não precisar lutar. A impossibilidade de se afastar das lembranças da guerra, de forma íntima ou pública, e continuar vivendo as sensações do conflito como parte do presente são sequelas, parte indissociável da neurose.

A conquista do espaço social por aquela que foi a primeira capitã do Exército Brasileiro significou também sacrifício. Ao ter garantido seu sustento e sua respeitabilidade pública com a farda militar, dedicou-se ao auxílio social e pecuniário aos demais veteranos desassistidos, às colegas que desejavam retornar ao serviço ativo e ao reconhecimento profissional de sua classe. Cer-



tamente deixou um legado profissional e pessoal, que homenageamos e reavivamos neste contexto dos 80 anos da Força Expedicionária Brasileira.

## FONTES

### Biblioteca Nacional

Aviso nº 264, de 7 de maio de 1925. (Consta na lista dos livros da biblioteca no manuscritos da BN).

“Relação de livros da antiga Biblioteca do Exército e sua localização”. Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, coleção Mário Barreto, Referência (34.03.001 nº 058).

### Biblioteca do Exército

BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Catálogo da biblioteca* (ordem alfabética de autores). Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922.

BRASIL. *Índice da Legislação do Exército (T 27-290)*. Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1962.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1925.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1926.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

### Periódicos

*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1927

*A Esquerda*, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1928.

*O Estado*, Santa Catarina, 17 de fevereiro de 1928



*O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 de março de 1924

*O Jornal*, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1932

*O Jornal*, Rio de Janeiro, 1 de março de 1935.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1892.

*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1899.

*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro de 13 de outubro de 1899

*A Notícia*, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1899

*O Paiz*, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1925

*Revista Dom Quixote*, Rio de Janeiro, 1895

## BIBLIOGRAFIA

AS GRANDES esquecidas: as enfermeiras da FEB. *A Noite*. 1956 maio 03. 10:10.

BARRETTO, Lúcio Muniz. *Depois da guerra*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1946.

BARROS, José D'Assunção. *A construção social da cor*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

BORGES, Maurício Ribeiro. *A história da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia. in PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2021.

CAMPANHA dos Ex-Combatentes Nacionalistas pró-Lott. Última Hora. 1960 jan 20. 08:08.

CANSANÇÃO, Elza. *E foi assim que a cobra fumou*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

CANSANÇÃO, Elza. *Um! Dois! Esquerda! Direita! Acertem o passo*. Rio de Janeiro: edição da autora, 2003.

CAPITÃO ZILDA disse presente ao apelo da Pátria. *Revista O Cruzeiro*. 1967 jun 10. 126.

FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012.



FLORES para os heróis da FEB. *Diário da Noite*. 1955 out 28. 09:09.

FORMATURA no curso de Obstetrícia. *A Noite*. 1944 nov 28. 32:32.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51<sup>a</sup> ed. São Paulo: Global, 2006.

FRIBURGO venceu, flores para Pistóia. *Diário Carioca*. 1958 out 31. 12:12.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

HOMENAGENS. *A Noite*. 1962 set 01. 08:08.

KING, Martin. *Médicos do campo de batalha*. Cotia-SP: Pé da Letra, 2021.

MÃES DOS PRACINHAS desfilarão hoje à tarde no Maracanã. *Diário Carioca*. 1955 maio 08.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010.

MOTTA, Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 5. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

MOUTA, Ricardo José Oliveira. *A criação da Associação Brasileira de Obstetrias e Enfermeiros Obstetras (ABENFO) e sua participação no Movimento de Humanização do Parto e Nascimento (1989-2002)*. Tese (Doutorado em Enfermagem). Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

NATAL dos pracinhas. *O Jornal*. 1955 dez 24. 08:08.

NOTÍCIAS dos Veteranos da FEB. *Diários de Notícias*. 1970 mar 23. 44:44.

O CONTRATO da nova sede depôs o major-presidente. *O Jornal*. 1956 jun 16. 05:05.

OBSTETRIZ denuncia “curiosas”. *O Fluminense*. 1976 out 16. 23:23.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. *Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front do pós-guerra*. Tese (Doutorado em Enfermagem). Rio de Janeiro: Uni-





versidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

OS PRACINHAS. *Jornal do Comércio*. 1978 jul 04. 03:03.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

RIESCO, Maria Luiza Gonzalez; TSUNECHIRO, Maria Alice. Formação profissional de obstetrizes e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades? *Revista Estudos Feministas*, ano 10, 2º semestre 2002, p. 449-459.

V CONGRESSO Latino-Americano de Obstetrizes. *Jornal do Brasil*. 1976 set 20. 03:03.

VALADARES, Altamira Pereira. *Álbum Biográfico das Febianas*. Batatais-SP: Centro de Documentação Histórica do Brasil, 1976.

VAN DER KOLK, Bessel. *O corpo guarda as marcas*. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

---

<sup>1</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitã Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

---

<sup>2</sup> Portal *FamilySearch*. Certidão de Óbito de Deocleciano Raymundo Nogueira.

<sup>3</sup> Portal *FamilySearch*. Certidão de Óbito de Manoel Pastora Rodrigues.

<sup>4</sup> Portal *FamilySearch*. Certidão de Nascimento de Elizabeth Christina Nogueira de Athayde.

<sup>5</sup> Portal *FamilySearch*. Certidão de Nascimento de Sérgio Roberto Guterres Rodrigues.

<sup>6</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitã Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

<sup>7</sup> Arquivo Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Dossiê Zilda Nogueira Rodrigues.

<sup>8</sup> Arquivo Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Dossiê Zilda Nogueira Rodrigues.

<sup>9</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitã Zilda Nogueira Rodrigues.

<sup>10</sup> Centro de Documentação Capitã Altamira Pereira Valadares. Diário de Guerra de Altamira Pereira Valadares, não publicado.

<sup>11</sup> Não localizamos a certidão de nascimento de Zilda, e em sua certidão de óbito (2006) não consta o campo cor ou raça.

<sup>12</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitã Zilda Nogueira Rodrigues.

<sup>13</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitã Zilda Nogueira Rodrigues.



<sup>14</sup> Centro de Documentação Capitão Altamira Pereira Valadares. Formulário de Zilda Nogueira Rodrigues.

<sup>15</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

<sup>16</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.

<sup>17</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

<sup>18</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

<sup>19</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

<sup>20</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

<sup>21</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

<sup>22</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.

<sup>23</sup> Graziela Affonso de Carvalho (1946), Guilhermina Rodrigues Gomes (1946), Lindáurea Galvão (1948) e Altamira Pereira Valadares (1949).

<sup>24</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.

<sup>25</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.

<sup>26</sup> Acervo de Maria do Socorro Sampaio Martins de Barros/ANVFEB-DF. Ofício do COEGUE.

<sup>27</sup> Na ordem em que constam na petição inicial do processo: Zilda Nogueira Rodrigues, Joana Simões de Araújo, Maria Luiza Henry Nóbrega, Virgínia Leite, Wanda Sophia Majewski, Aracy Arnaud Sampaio, Jandira Meirelles Mendonça, Isabel Novaes Feitosa e Bertha Moraes Nérici.

<sup>28</sup> Arquivo Central do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0000137-76.1993.8.19.0210.

<sup>29</sup> Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.